

1% do FPM de julho representa alívio aos cofres municipais



Aprovação de piso do magistério coloca em risco contas dos Municípios

Palavra do presidente

Fruto da Emenda Constitucional (EC) 84/2014, conquista histórica da Confederação Nacional de Municípios (CNM) é um dos destaques desta edição do Boletim CNM. Neste mês, os cofres municipais terão um respiro com o adicional de cerca de R\$ 10 bilhões referente ao repasse extra do 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), valor que será distribuído entre os 5.569 Municípios. Nossa luta foi necessária porque, historicamente, no mês de julho, o FPM apresentava uma forte queda em razão da sazonalidade da arrecadação ao longo do ano, que ocorre em função dos níveis de atividade econômica típicos de cada período.

A nossa luta foi intensa, mas, graças a ela, neste mês, os gestores municipais hoje conseguem recalcular as contas e ajustar o que for necessário para finalizar o exercício financeiro. Além de julho, o 1% também é creditado nos meses de setembro e dezembro; juntos, esses valores representam um afago em tempos em que a União cada vez mais tem designado demandas de forma desordeira para serem executadas pelos Municípios.

Esse é apenas um ponto entre tantos outros que fazem parte do rol de pautas e lutas que são encabeçadas pelo movimento municipalista. Parte do nosso trabalho pode ser conferida, de forma temporária, também pelos Municípios não contribuintes à CNM. Isso porque agora nosso Conteúdo Exclusivo, uma plataforma muito rica que reúne informações para os gestores – está disponível a todos gratuitamente, por 30 dias. Vale a pena conferir todo o trabalho que vem sendo construído pela entidade ao longo dos últimos anos.

Nesta edição, divulgamos como a ampla adoção pelos Municípios de emendas impositivas de vereadores tem reproduzido falhas desse mecanismo de financiamento de políticas públicas

já consolidado na esfera federal. Nosso estudo inédito identificou que 47% dos legislativos municipais podem apresentar esse tipo de emenda, o equivalente a 2,6 mil Entes federados. Vamos atuar para barrar esse cenário antes que se torne um problema crônico nos Municípios, assim como é na esfera nacional.

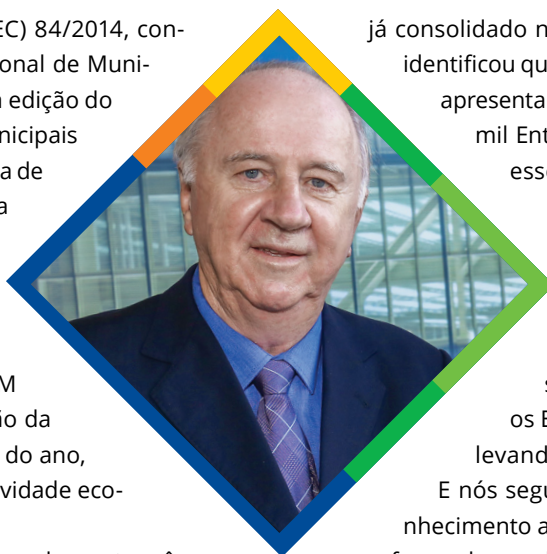
Neste mês completamos o 1º ano do projeto Conexão CNM. O projeto, com os eixos Qualifica, Imersão e Mentoria, o qual já percorreu todos os Estados brasileiros, segue capacitando e levando orientação aos gestores municipais. E nós seguimos nosso compromisso de levar conhecimento aos gestores municipais de todo o Brasil, reforçando um dos pilares que sustentam o movimento municipalista.

As pautas-bomba seguem no radar e na atuação intensa da CNM junto ao Congresso Nacional. Mesmo em ano de eleições gerais, em que as atividades dos parlamentares ficam mais voltadas para as campanhas políticas, nosso trabalho de conscientizar os deputados e os senadores para que estes não aprovelem projetos que possam prejudicar os Municípios segue firme. Ainda que avancem algumas destas matérias, a CNM seguirá na defesa de pautas que tragam alívio financeiro aos cofres municipais.

Nossa defesa pela aprovação de mais recursos por meio do Fundo de Participação dos Municípios pode representar no futuro um afago em tempos de crise. O movimento municipalista permanece na luta por melhores condições de vida para o cidadão brasileiro.

Municipalismo forte se faz com a participação de todos!

Paulo Ziulkoski
 Presidente da CNM



 /PortalCNM

 @portalcnm

 /TVPortalCNM

 /PortalCNM

 /PortalCNM

www.CNM.org.br



Estudos Técnicos

Emendas impositivas de vereadores reproduz falhas do mecanismo federal

A ampla adoção pelos Municípios de emendas impositivas de vereadores tem reproduzido falhas desse mecanismo de financiamento de políticas públicas já consolidado na esfera federal. Estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) identificou que 47% dos legisladores municipais podem apresentar esse tipo de emenda, o equivalente a 2,6 mil Entes federados. O levantamento é a primeira abordagem nacional acerca do tema.

Para o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, os dados contribuem para iluminar o debate público relacionado ao tema e subsidiar o diálogo com os Poderes Executivos e Legislativos locais. “A repetição, em nível local, dessa estrutura agrava distorções e dificuldades para o exercício da gestão municipal, o que, na ponta, acarreta em barreiras para a oferta dos serviços básicos e indispensáveis ao cidadão. É necessário identificar com clareza as funções essenciais desses poderes em busca de eficiência na execução das políticas públicas estruturantes”, afirmou.

 **Acesse o estudo completo aqui**



Além dos Municípios que já contam com emendas de vereadores, mais de outros 700 discutem a criação dessa ferramenta. Sendo assim, em breve, a maioria dos Municípios (até 60% ou 3.334) do país possuirá emendas desse tipo. Na maior parte (85%), a previsão foi feita por meio da Lei Orgânica, o que torna praticamente impossível a reversão.

» Repercussão na imprensa

O estudo foi publicado com exclusividade no jornal O Estado de S. Paulo e depois foi reproduzido em outros veículos de imprensa nacionais e regionais. Veja mais na página 15.

Um dos principais problemas da adoção desse tipo de financiamento é que



Câmara Municipal de Macaé/AL

ele não tem se mostrado suficiente para suprir as demandas municipais. Confira alguns dados da pesquisa:

- em 44% dos Municípios com emendas impositivas, elas não são suficientes para a execução das respectivas obras e serviços;
- 52% dos prefeitos disseram que precisam incluir recursos da própria gestão local como forma de garantir a execução dos serviços;
- na maioria dos casos (53%), não há um valor mínimo por emenda.

 **Acesse o infográfico com os principais dados do estudo**



Outro aspecto identificado é o recorrente descumprimento de entendimentos do Supremo Tribunal Federal

(STF) acerca do tema. Em um terço dos Municípios com emendas, elas superam 1,55% da Receita Corrente Líquida (RCL), teto estabelecido pelo Supremo. Já 35% dos Entes com emendas de vereadores contam com emendas de bancada, mecanismo suspenso no âmbito municipal por liminar do STF.

» Saiba mais sobre o orçamento impositivo

As emendas parlamentares federais passaram a ter caráter impositivo desde 2015, alterando a dinâmica do orçamento público. Considerando os recursos em nível federal e estadual, só nos últimos dois anos, o montante passou de R\$ 56,7 bilhões, em 2024, para R\$ 63 bilhões em 2026.

Percentual das emendas impositivas individuais sobre a Receita Corrente Líquida (RCL)

Respostas	Quantidade	Quantidade equivalente considerando todos os Municípios	%
Até 1%	329	571	22%
De 1% a 1,55%	314	545	21%
De 1,56% a 2%	257	446	17%
De 2% a 3%	174	302	12%
+ de 3%	37	64	2%
Não respondeu	394	684	26%
Total de Municípios respondentes	1.505	2.613	100%

Fonte: CNM.

 Rede de Municípios Doadores

Saiba como seu Município pode contribuir com a doação de sangue no país

O mês de junho foi marcado pela comemoração do Dia Mundial do Doador de Sangue. Celebrada no último dia 14 de junho e instituída pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a data tem como principal objetivo conscientizar sobre a necessidade contínua de doações regulares para salvar vidas. A CNM e o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) lideram o projeto Rede de Municípios Doadores. Com a adesão dos Municípios, a entidade une esforços para mudar a realidade dos estoques de sangue no país.

Para celebrar a data, CNM e MMM promoveram diversas ações no mês de junho. Em mensagem aos Municípios, a presidente do MMM, Tania Ziulkoski, ressaltou a importância da adesão dos Municípios à Rede. "Um gesto simples na sua comunidade pode salvar milhares de vidas em todo o Brasil. Atualmente a Rede de Municípios Doadores está presente em todas as regiões do Brasil, mobilizando a população e salvando vidas, onde a vida de fato acontece", disse.

Outra ação importante foi a transmissão de um Bate-Papo com a CNM. Na oportunidade, foram apresentadas duas boas práticas implementadas pelos Mu-

nícipios de Gameleira (PE) e Monte das Gameleiras (RN) que visam fortalecer a conexão entre Hemocentros, Municípios e Doadores, otimizando o fluxo de divulgação e o atendimento das demandas por sangue.

Com apenas 2.300 habitantes, a secretária municipal de Saúde de Monte das Gameleiras (RN), Suênia Karla Melo de Carvalho Gonçalves, conheceu a iniciativa após uma visita à sede da CNM. "Nós mobilizamos a população através das redes sociais, os agentes comunitários de saúde falaram casa a casa sobre o projeto e tivemos uma adesão importante dos munícipes e encaminhamos já 60 pessoas para doar sangue", ressaltou.

Já a vice-prefeita de Gameleira (PE), Maria Aparecida da Silva de Moura, e a secretária de Desenvolvimento Econômico e administradora local da Rede, Elisângela Freitas, reforçaram que a ação tem sido exitosa. "Depois que nós aderimos à Rede, ficou mais fácil porque já tínhamos um grupo de doadores e formalizamos o processo. A prefeitura cede o automóvel para levar, todo climatizado, oferecemos lanches e tem sido muito positivo", complementou a vice-prefeita.

As duas localidades receberam o selo

Município Doador durante a XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O selo foi entregue a prefeitos como reconhecimentos que demonstram avanços no fortalecimento da Política Nacional de Sangue e no aumento da rede de doadores em suas localidades.

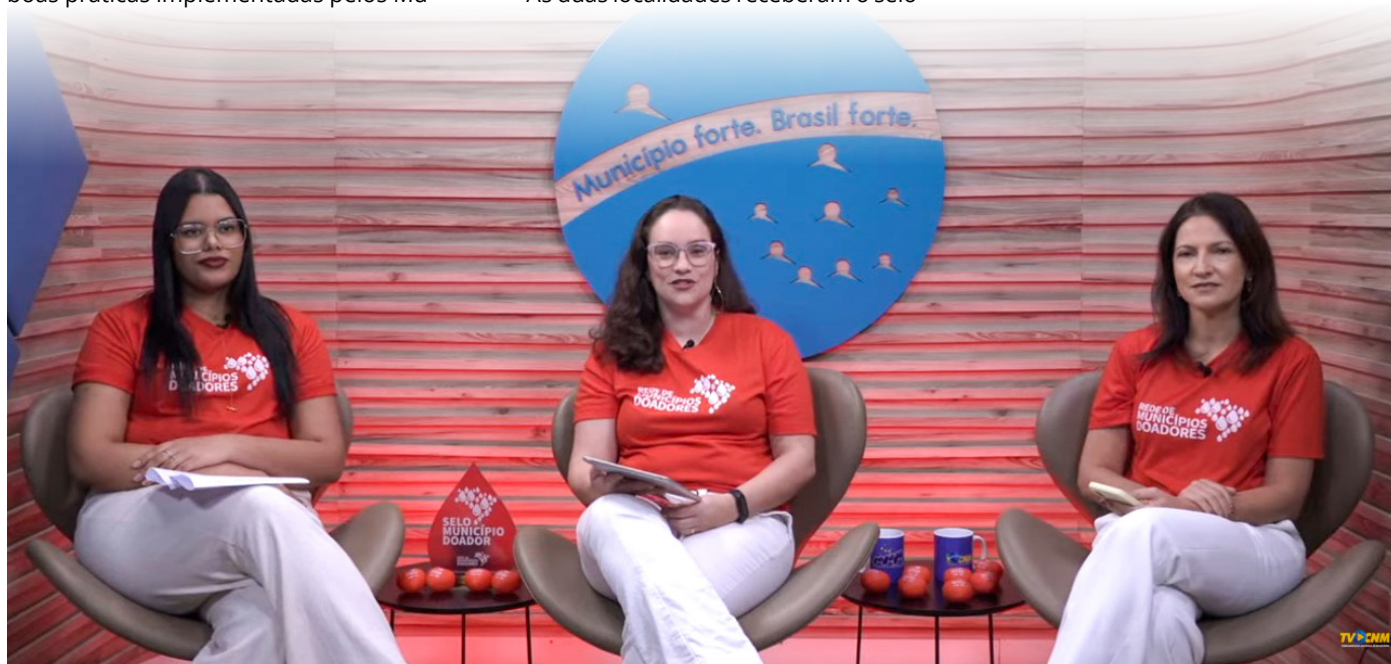
» Como fazer a adesão

Para participar e integrar o projeto, basta que o Município seja filiado à entidade. Para tanto, o interessado deve acessar o site da Rede de Municípios Doadores e assinar o termo de adesão. Ao encaminhar o documento, a equipe de Saúde da CNM entra em contato com o Município interessado.

 **Saiba mais sobre a Rede de Municípios Doadores**



 **Confira como foi a transmissão do Bate-Papo com a CNM**



Artigo

Universalização do saneamento básico: metas nacionais, desafios locais

Falar em universalização do saneamento básico é falar sobre qualidade de vida, saúde pública, desenvolvimento econômico e redução das desigualdades. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, os obstáculos para a ampliação dos serviços se apresentam de diferentes formas de Norte a Sul. Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, ainda há milhões de brasileiros que vivem sem acesso adequado à água potável e aos serviços de esgotamento sanitário.

Em julho de 2026, completam-se seis anos da atualização do marco legal do saneamento básico, promovida pela Lei 14.026/2020, a qual alterou a Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. A mudança representou um dos principais marcos regulatórios do setor ao estabelecer novas diretrizes para a prestação dos serviços e definir metas de universalização até 2033: atendimento de 99% da população com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgoto.

As atualizações promovidas pelo marco legal do saneamento trouxeram mudanças significativas para a organização e a prestação dos serviços de saneamento básico, que compreendem o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, além da drenagem e do manejo das águas pluviais urbanas. Mais do que estabelecer metas, a atualização da lei de saneamento buscou criar condições para ampliar investimentos e acelerar a expansão dos serviços.

Passados seis anos, o debate deixa de ser relacionado apenas ao que a lei prevê e passa a ser sobre como transformar essas metas em realidade.

E é justamente nesse ponto que surge um dos principais desafios do setor: as metas são nacionais, mas os desafios são locais.

As diferenças regionais, econômicas, estruturais e culturais fazem com que o desafio da universalização do saneamento básico não se apresente da mesma forma em todos os Municípios brasileiros. Enquanto alguns possuem maior capacidade financeira, equipes técnicas estruturadas e acesso a investimentos, outros enfrentam limitações históricas que dificultam a ampliação dos serviços. Essa realidade se torna ainda mais desafiadora quando observamos que aproximadamente 70% dos Municípios brasileiros possuem até 20 mil habitantes e, em muitos deles, as equipes técnicas são reduzidas, os recursos financeiros são escassos e o apoio técnico, operacional e financeiro da União e dos Estados ainda é insuficiente diante da complexidade das exigências regulatórias e operacionais do setor de saneamento.

A regionalização dos serviços foi uma das principais estratégias adotadas pelo marco legal para enfrentar parte desses desafios. A lógica é simples: por meio da prestação regionalizada, os Municípios poderiam compartilhar estruturas, ganhar escala e aumentar a viabilidade econômica dos serviços. No entanto, a implementação desse modelo ainda apresenta desafios relevantes e resultados distintos entre os Estados brasileiros. Permanece, portanto, a necessidade de avaliar continuamente se os arranjos instituídos estão, de fato, contribuindo para a ampliação do acesso e para a sustentabilidade dos serviços, particularmente nos Municípios de pequeno porte.

A Confederação Nacional de Mu-

nicipios defende que o avanço do saneamento básico exige o fortalecimento do pacto federativo, com maior cooperação institucional, apoio técnico permanente e ampliação das transferências não onerosas para investimentos em infraestrutura. Sem esse suporte para os Municípios, o cumprimento das metas de universalização continuará sendo um desafio significativo diante do prazo estabelecido até 2033.

A CNM acompanhou de perto as discussões que resultaram na atualização do marco legal e permanece atuando na defesa da autonomia municipal, monitorando a implementação das metas e os efeitos da regionalização dos serviços de saneamento básico. Entre essas iniciativas, destaca-se a atualização do Panorama da Regionalização do Saneamento, publicação que reúne informações referentes à organização regional dos serviços em todo o país e contribui para o debate relativo aos caminhos necessários para alcançar a universalização dos serviços.

O desafio é grande, mas a universalização do saneamento básico continua sendo um objetivo indispensável. Afinal, garantir acesso à água potável e ao esgotamento sanitário não significa apenas cumprir metas legais, mas assegurar dignidade, saúde e qualidade de vida para a população brasileira. Embora as metas sejam nacionais, as estratégias para alcançá-las precisam considerar as particularidades das diferentes regiões e a diversidade dos Municípios brasileiros.

Beatriz Machado é analista técnica de Saneamento da CNM, cientista ambiental e técnica em controle ambiental.

Áreas técnicas

CNM cria Grupos de Trabalho para manter discussão permanente com Municípios

Com o objetivo de desenvolver e capacitar cada vez mais as gestões municipais, a CNM lançou logo após a realização da *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, a criação de grupos temáticos de trabalho, atendendo as mais variadas áreas técnicas dos Entes locais. Os grupos serão espaços permanentes de diálogo, articulação institucional e troca de experiências, incluindo o compartilhamento de boas práticas.

Para participar, o interessado deve fazer a adesão voluntária ao preencher o formulário on-line. A entrada nos grupos é gratuita e será avaliada pela entidade, a qual vai mapear o perfil de experiências e interesses que auxiliará na organização de futuras ações do grupo, como reuniões, capacitações, eventos e outras iniciativas em apoio às gestões municipais, trazendo os Municípios como protagonistas da construção das políticas no Brasil.

Entre alguns requisitos para participação estão ser servidor efetivo com competência para atuar nas áreas disponíveis; secretários municipais ou cargos equivalentes, adjuntos e cargos de chefia com experiência mínima de dois anos na área; servidores técnicos comissionados com experiência mínima de dois anos. No caso de profissionais com menor tempo de atuação, a participação está sujeita à avaliação da CNM.

» Saúde

Na área de Saúde são duas iniciativas: Atenção Primária à Saúde (APS) e Média e Alta Complexidade (MAC). No GT de Atenção Primária à Saúde, os principais temas discutidos serão financiamento, sustentabilidade financeira dos Municípios, indicadores de desempenho, impactos de programas federais, organização dos serviços e integração da atenção primária com os demais níveis de atenção. Já no GT de Média e Alta Complexidade, os debates serão centrados em financiamento desses serviços, regulação e acesso, remuneração de procedimentos, organização da rede assistencial e impactos normativos e legislativos acerca da gestão municipal. Esses pontos foram discutidos pela CNM, pelo Ministério da Saúde e por organizações do setor privado e filantrópico em arena técnica na Marcha.



» Meio Ambiente e Saneamento

Iniciativa que busca ampliar a participação dos Municípios nas discussões sobre políticas públicas, instrumentos normativos e estratégias na área, a Rede Nacional de Saneamento Básico Municipal (RNSAM/CNM) é um espaço permanente de discussões relacionadas aos desafios enfrentados na gestão do saneamento básico.



» Obras, Transferências e Parcerias

Diante da complexidade que envolve a execução de recursos públicos e a necessidade de garantir eficiência na ponta, a Confederação está instituindo um Grupo de Trabalho (GT) direcionado ao Gestor Municipal de Convênios (GMC) e demais profissionais interessados na temática.



» Defesa Civil

O Grupo Técnico de Proteção e Defesa Civil Municipal (GT-PDEC) busca fortalecer a gestão dos Municípios na área, por meio de um espaço estratégico de articulação técnica, troca de experiências e construção coletiva de soluções para apoiar as Defesas Cívicas Municipais.



» Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional

Para o fortalecimento da gestão municipal do Suas e do SAN por meio da qualificação política do debate técnico, a CNM lançou o Rede Municipalista de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional.



» Habitação

O Grupo Técnico de Habitação e Planejamento Urbano da CNM (GTHPU/CNM) é uma iniciativa que visa a uma aproximação com as equipes municipais que querem contribuir mais ativamente com a CNM, somando esforços para que a atuação da entidade seja ainda mais assertiva.



Educação

Aprovação de piso do magistério coloca em risco contas dos Municípios

Mesmo com os alertas da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Congresso Nacional aprovou a alteração do critério de correção do piso salarial do magistério público da educação básica, prevista na Medida Provisória (MP) 1.334/2026. O texto agrava a situação orçamentária já fragilizada dos Municípios, com impacto previsto de R\$ 8 bilhões só neste ano. A mudança também terá efeitos nos anos subsequentes.

De acordo com o texto aprovado, o reajuste anual será calculado a partir da soma do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e 50% da média de crescimento real das receitas do Fundeb nos cinco anos anteriores. A proposta reajusta o piso salarial dos professores da educação básica para R\$ 5.130,63 neste ano, com ganho real de 1,5 ponto percentual acima da inflação. Em 2026, a nova fórmula garante uma recomposição de 5,4%, acima dos 0,37% da fórmula anterior.

O novo modelo garante correção acima da inflação sem garantia de recursos adicionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ou compensação da União. O reajuste do piso do magistério chegou a 78% nos últimos cinco anos, com impacto de R\$ 85 bilhões no período.

A CNM critica a postura do governo federal de fazer bondade com o chapeu alheio. “Não se constrói valorização da educação com medidas casuísticas, nem se respeita o pacto federativo com decisões unilaterais em ano eleitoral”, afirmou o presidente Paulo Ziulkoski em posicionamento oficial.

Em audiência pública da Comissão Mista sobre a MP em maio, Ziulkoski defendeu o respeito ao pacto federativo e à autonomia municipal, propondo que aumentos reais fossem pactuados localmente. “O reajuste e a valorização dos profissionais de magistério é uma



Carlos Moura / Ag. Senado

demanda legítima, mas que precisa ser pactuada no âmbito local, por quem paga a conta, e não imposto pela União”, afirmou.

» Lei de Responsabilidade Fiscal

Desde a edição da MP, em janeiro, a Confederação tem se mobilizado em torno do tema. Logo após sua publicação, foram realizadas reuniões com lideranças, como os então ministros da Educação, Camilo Santana; e das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. A CNM apresentou cinco emendas à MP e enviou parecer técnico a parlamentares para alterações no texto, mas as sugestões não foram acatadas no texto final. O texto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 18 de junho.

A CNM lembra que a definição de despesas obrigatórias por meio de norma com força de lei ordinária, sem clara indicação de fonte de custeio fere o parágrafo 7º, do art. 167 da Constituição Federal. A entidade também destaca que aumentos reais nos vencimentos devem ser negociados entre o governo de cada Município e o respectivo qua-

dro do magistério, pois dependem das condições fiscais e orçamentárias dos entes locais e dos limites de despesas com pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O Supremo Tribunal Federal (STF) já firmou entendimento no sentido de que o piso nacional do magistério deve ser considerado como valor mínimo da carreira, cabendo a cada Ente regulamentar sua aplicação mediante lei própria.

» Pautas-bomba

A MP do piso do magistério faz parte de um conjunto de pautas-bomba que colocam em risco a sustentabilidade orçamentária dos Entes locais. Ao todo, 16 propostas legislativas recentemente aprovadas ou com tramitação adiantada no Congresso Nacional podem ter impacto de R\$ 295 bilhões para os cofres municipais se forem aprovadas, com efeitos imediatos para a prestação de serviços à população.

FPM: CNM divulga estimativa do 1% de

Conquista permanente do movimento municipalista encabeçado pela CNM, a estimativa do repasse adicional de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de julho divulgada pela entidade é de R\$ 9,9 bilhões para os cofres municipais. A consulta detalhada dos recursos compartilhados entre as prefeituras e com valores específicos por Município pode ser feita no Conteúdo Exclusivo da Confederação. A plataforma – importante instrumento de informações aos gestores – está disponível gratuitamente, por tempo limitado, aos gestores de Municípios não contribuintes.

O repasse adicional de 1% do FPM de julho é uma importante fonte de receita para os 5.569 Municípios. Sua concretização é resultado de anos de atuação da CNM no Congresso Nacional até a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 84/2014. A transferência representa um alento à gestão local com o fortalecimento do caixa dos Municípios neste mês, que tradicionalmente é de baixa e marcado por quedas na arrecadação em razão da sazonalidade e dos níveis de atividade econômica.

“Os gestores sempre sofriam com a queda na arrecadação de julho, e o nosso movimento municipalista atuou incansavelmente, conversando com deputados, senadores e com o gover-

no federal para que esse 1% de julho se tornasse realidade. Isso representa a continuidade do atendimento à população lá na ponta”, ressalta o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

» Outros adicionais

A oscilação nos repasses com frequentes quedas na arrecadação em outros meses e que poderia comprometer a prestação de serviços pelos Municípios também foram fundamentais para que a CNM atuasse pela aprovação de outros recursos adicionais. Com dificuldades para pagar o 13º salário de profissionais e cumprir com outras obrigações, seriam necessários mais recursos em meio às dificuldades dos caixas municipais. Novamente liderado pela CNM, com o apoio de gestores de todo o país, o movimento municipalista atuou pela aprovação do adicional de 1% de dezembro como forma de minimizar as adversidades na ponta.

O repasse adicional de 1% de dezembro se tornou realidade com a promulgação da EC 55/2007. Novamente em crise, com expressiva redução na arrecadação no mês de setembro e o excesso de obrigações repassadas aos Municípios, a CNM lutou por mais um adicional em tal mês. A soma de esforços foi convertida em realidade com a EC 112/2021.



1º de julho; relembre a conquista histórica



Maio de 2014

Câmara instala
Comissão Especial
durante XVII Marcha



Setembro de 2014

CCJ aprova percentual
de 1% do FPM



Novembro de 2014

Aprovado 1% do FPM
de julho no Congresso



“Desde a sua
promulgação, até este
ano, somente com o 1%
de julho, os Municípios
receberam R\$ 57 bilhões
em recursos. O repasse
não tem dedução
de 20% do Fundeb,
mas tem a dedução
de 1% do Pasep,
diferentemente do
que ocorre com outras
transferências do FPM”

Paulo Ziulkoski.

» 1% de março

Outro período que tradicionalmente tende a trazer mais obstáculos para a gestão municipal com a oscilação negativa nos repasses do FPM é o mês de março. Desde 2019, a CNM pleiteia a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231, que prevê outro adicional, de 1%, para março. A matéria foi aprovada no dia 2 de julho na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. O texto ainda será analisado pelo Plenário da Casa e pelo Senado. A CNM pede o apoio dos gestores para que entrem em contato com os deputados da sua base e pressionem pelo avanço do texto..

Acesse mais informações do 1% de julho no QR Code. Em seguida, clique na aba “Repasses do FPM”.



 Balança comercial

Municípios do agro são responsáveis por metade das exportações do Brasil em maio

As exportações do agronegócio brasileiro somaram US\$ 16 bilhões no mês de maio de 2026, abocanhando uma fatia de 50,2% de todas as vendas externas realizadas pelo Brasil. O montante reflete um crescimento de 8,2% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o setor havia faturado US\$ 14,8 bilhões. Por outro lado, o ritmo das vendas internacionais desacelerou em relação a abril, apresentando uma queda de 3,7%.

Os dados fazem parte de um levantamento da Confederação, que celebrou o avanço da descentralização da riqueza pelo país. Em maio, o número de Municípios que registraram exportações do agro saltou para 1.496 – uma expansão de 2,3% frente aos 1.463 registrados em maio do ano anterior –, aquecendo a economia local com emprego e renda. O principal destaque municipal foi Rio Verde (GO), que movimentou US\$ 300,8



Ag. Brasil

milhões, impulsionado pela exportação de soja em grãos.

“No acumulado do ano, as exportações do agro totalizaram US\$ 70,55 bilhões, registrando uma alta de 4,6% sobre o mesmo período de 2025. Como as importações acumuladas somaram

US\$ 8,25 bilhões (-3,4%), o saldo da balança comercial do agronegócio acumulado no ano atingiu US\$ 62,3 bilhões. No acumulado do ano, o agro respondeu por 47,5% de todas as vendas externas brasileiras”, aponta o levantamento da CNM.

» Mais exportados

A soja em grãos manteve-se isolada como o produto que é líder das exportações do país. Somente em abril, o grão movimentou US\$ 6,31 bilhões (alta de 14,6% em relação ao ano anterior), respondendo por 39,4% da participação de toda a pauta do agro. O grão foi o principal item exportado por 169 Municípios brasileiros.

Em segundo lugar figurou a carne bovina in natura, gerando US\$ 1,7 bilhão – uma espetacular disparada de 50,2% em relação ao ano anterior, impulsionada por um aumento de 25% no preço médio. O farelo de soja fechou o pódio em terceiro lugar com US\$ 954,2 milhões, um aumento de 20,7% em valor comparado ao ano anterior.

» Maior produtor

O Estado do Mato Grosso registrou US\$ 3,14 bilhões em exportações no mês de maio, o que representa 19,6% de participação em todo o total exportado pelo agro brasileiro. O resultado mato-grossense vem de uma base concentrada em 80 Municípios exportadores que participaram do envio de 40 produtos agropecuários diferentes. O Estado de São Paulo registrou US\$ 2,32 bilhões em exportações no mês de maio, equivalente a 14,5% do total nacional. Embora tenha apresentado uma leve retração de 2,7% no acumulado do ano (alcançando US\$ 10,85 bilhões), o agronegócio paulista destaca-se por sua diversificação em 323 Municípios, os quais registraram embarques no mês, comercializando 317 produtos agropecuários diferentes.

» Maior comprador

A China foi o maior parceiro comercial do campo brasileiro, absorvendo US\$ 6,28 bilhões das vendas de abril, tendo a soja em grão como principal produto. O país foi o principal comprador de 274 Municípios exportadores.

Os Estados Unidos mantiveram-se na segunda posição, faturando US\$ 837 milhões (com destaque para a carne bovina in natura), embora tenham registrado uma queda de 28% em comparação com o mesmo período do ano anterior. A Holanda fechou os três principais destinos com US\$ 605,8 milhões (+25%).

 Defesa Civil

Confira as orientações da CNM e se prepare para os efeitos do El Niño

O fenômeno climático El Niño já está confirmado e, durante este e no próximo ano, pode provocar eventos extremos em diferentes regiões do país. Chuvas intensas, tempestades, secas, ondas de calor e incêndios florestais são alguns dos efeitos esperados. No Brasil, a tendência é que o volume de chuvas na Região Sul aumente. Já as regiões Norte, Nordeste e parte da área central do país podem sofrer com o calor.

Por isso, a CNM orienta que os gestores municipais estejam preparados para os possíveis riscos. Para a área de Defesa Civil da entidade, é imprescindível que os Municípios tenham os seguintes cuidados:

- Atualizar ou elaborar o **Planos de Contingência (Plancon)**, indicando

áreas de risco, responsáveis por cada ação, níveis de alerta, fluxos de decisão, pontos de abrigo, rotas de evacuação, transporte, comunicação e atendimento à população vulnerável.

- Definir **abrigos temporários** em ginásios, centros comunitários e prédios públicos previamente visitados, com capacidade estimada, acessibilidade, água, energia, banheiros, segurança, alimentação e logística de acolhimento.
- **Mapear rotas de evacuação** seguras para retirada de moradores em áreas inundáveis, encostas, margens de rios, fundos de vale e áreas sujeitas a enxurradas.
- Produzir **alertas antecipados** em razão da possibilidade de ocorrên-

cia de desastres.

- Organizar **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** adequados para situações de calor extremo, fumaça densa e exposição a incêndios.
- Promover a **limpeza e a manutenção dos sistemas** de drenagem urbana, com prioridade para dispositivos de captações (bocas de lobo, grelhas lineares, dentre outros) sarjetas, canaletas, canais, galerias, bacias de retenção, visando garantir o rápido escoamento das águas pluviais e minimizar os riscos de inundações e alagamentos.
- Avaliação da **arborização urbana** para identificar e fazer o manejo de árvores com risco de queda, bem como a poda preventiva.



Confira as orientações completas na Nota Técnica produzida pela CNM



 Cultura

Festas juninas são oportunidades para Municípios gerarem emprego e renda

Mais do que trazer a diversa identidade cultural brasileira, as festas juninas representam uma das principais estratégias de promoção da cultura e desempenham um importante papel na preservação das tradições. Além disso, as celebrações de junho também impactam aspectos econômicos positivos para os Municípios, já que mobilizam cadeias produtivas, geram emprego e renda e fortalecem o turismo local.

Os Municípios de Campina Grande (PB) e Caruaru (PE) disputam o título pelo melhor São João do Brasil. Todos os anos, durante a época das festas, as regiões recebem milhões de visitantes em mais de dois meses de festa. Mas as festas juninas vão além do Nordeste brasileiro: em Corumbá (MS), o tradicional Arraial do Banho de São João é reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do país. O ponto alto da festa é o tradicional batismo do santo nas águas do Rio Paraguai, em um ritual que atrai turistas de todo o país.

Para Gabriel Alves, prefeito de Corumbá, a cultura é um investimento público de alto retorno econômico e social. “Nós valorizamos os saberes e fazeres da nossa terra, damos dignidade aos profissionais da cultura e garantimos que o dinheiro público permaneça e circule 100%



Renê Marcio Carneiro / Pref. de Corumbá

dentro do nosso Município. O retorno para os nossos cofres acontece naturalmente com o aumento da arrecadação de tributos e com a geração de emprego e renda para as famílias corumbaenses”, destacou.

De acordo com a Fundação de Turismo do Município, a estimativa de movimentação financeira geral do evento é de R\$ 2,95 milhões. “O Arraial do Banho de São João representa a maior expressão

da identidade, da fé e do orgulho do povo corumbaense. É um dos pilares mais robustos para o futuro econômico do nosso Município”, afirmou o prefeito.

» Cultura nos Municípios

Além das festas juninas, a CNM apurou que os festejos estão no calendário de 94% dos Municípios. Eventos cívicos estão presentes em 91% dos Municípios entrevistados. Os religiosos acontecem em 90% das localidades, seguidos pelos festejos regionais (72%), folclóricos (69%) e os agropecuários (49%). Confira o estudo na íntegra e saiba quanto a sua região investe em cultura.



Renê Marcio Carneiro / Pref. de Corumbá



Representante dos Municípios assume diretoria-executiva do CGIBS

No mês de junho, a CNM sediou a reunião do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS). Entre as deliberações, os participantes escolheram o nome do auditor fiscal do Município de Joinville (SC), Miqueas Liborio de Jesus para assumir o cargo de diretor-executivo do Comitê. O Comitê Gestor do IBS possui independência técnica e administrativa para unificar a interpretação da legislação e gerir a arrecadação e a distribuição tributária. O Comitê conta com representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo composto por 27 representantes estaduais, como titulares, e mais 27 na suplência; e 27 representantes municipais nos cargos titulares, além de mais 54 na suplência.

Ao empossar o diretor-executivo, o presidente do CGIBS, Flávio César Mendes de Oliveira, lembrou que a escolha do nome seguiu acordo feito anteriormente de que o cargo seria ocupado por um representante dos Municípios, considerando que o presidente é uma indicação dos Estados. “Nessa função de diretor-executivo, você vai trazer um novo respiro para o Comitê Gestor. Vai poder agregar com toda sua experiência e capacidade, toda a abertura do diálogo que temos, acima de tudo com a competência e com a responsabilidade, com esse senso que você tem de compromisso, não só com os Municípios brasileiros, mas com os Estados, com o país, numa



função estratégica, ajudando de forma muito significativa”, ressaltou.

Ao assumir o cargo, Liborio agradeceu a indicação. “Chego não como um salvador para essa jornada; sou apenas mais uma peça que vai formar essa engrenagem. Uma engrenagem que se forma não de um desejo voluntário, mas de uma vontade constituinte de reformular o pacto federativo, nos colocando na condição de responsáveis por organizar o Sistema Tributário brasileiro a partir da tributação pelo consumo”, finalizou fazendo um agradecimento ao presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. “A CNM é a entidade que foi a responsável, ou pelo menos no momento decisivo, pela aprovação da PEC. A minha homenagem, o meu agradecimento ao presidente Paulo e a tudo o que ele representa na história e no legado que ele vai deixar, principal-

mente para nós que compomos o Comitê Gestor”, disse.

Durante a reunião, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, esteve representado pelo consultor da entidade Eudes Sippel, que reforçou a importância de se ter construído um ambiente paritário o qual permita que as vozes municipais possam discutir a tributação e os processos. “Você [como representantes dos Estados] têm o privilégio de representar, pessoalmente, sua esfera, seu Estado. E por isso faço uma saudação especial a cada conselheiro, especialmente aos dos Municípios. Eles não falam somente por si, eles são um conjunto de representantes. A missão dos conselheiros municipais é maior por terem que olhar além das suas necessidades próprias, com a missão de representar um conjunto de Municípios”, finalizou.



Sobre o CGIBS

A sanção da Lei 214/2015, que instituiu a Reforma Tributária, determinou também a criação do Comitê Gestor do IBS, que possui independência técnica e administrativa para unificar a interpretação da legislação e gerir a arrecadação e distribuição tributária.

 Finanças e Reforma Tributária

Reforma Tributária: Pirenópolis (GO) promove educação financeira em escolas

Muito antes da aprovação de propostas que regulamentam a Reforma Tributária e definem as novas regras e as adaptações que devem ser implementadas gradualmente pelas prefeituras, conhecer a importância dos impostos tem sido, desde 2009, um pilar no currículo escolar da rede municipal de ensino de Pirenópolis, em Goiás. O Município oferece aulas de educação financeira para praticamente três mil alunos em um projeto dividido em eixos temáticos transversais, e a proposta tem contribuído significativamente com o aprendizado dos estudantes e de seus familiares.

A projeção da boa prática ocorreu rapidamente, com o reconhecimento do projeto em várias oportunidades, sendo algumas das mais recentes por meio de premiações concedidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), projeto no qual a escola municipal Luciano Peixoto ficou em primeiro lugar com as boas práticas de educação financeira. A iniciativa consiste em levar às salas de aulas importantes orientações acerca da origem e da destinação de recursos com os tributos de competência municipal, estadual e federal, dentre eles, o Imposto Predial e Territorial Urbano (ITPU), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Prefeito de Pirenópolis, Nivaldo Melo, entusiasta da iniciativa, conta que a proposta teve como inspiração a sua própria experiência vivida no contexto familiar, com aprendizados em atuações em um comércio gerido por seus parentes na própria cidade goiana. “Desde criança, a minha família me ensinou essa questão da educação financeira. Trabalhei por 28 anos na empresa da família e isso me deu o entendimento da importância de expandir esse conhecimento para as crianças e adultos”, lembrou.



Pref. Pirenópolis/GO

» Trabalho em equipe

Segundo o gestor, a experiência familiar mudou a sua vida ao lhe permitir pensar de outra forma a relevância das finanças, como uma impulsionadora do desenvolvimento local e nacional e, nesse sentido, destacou a necessidade de ter conhecimento financeiro para a construção de uma sociedade mais consciente e, conseqüentemente, por um país com mais condições de atender as necessidades de seus cidadãos. “A gente tem trabalhado para oportunizar esse conhecimento da educação financeira para as crianças. Isso é feito a várias mãos. Não apenas com os professores. É um conjunto de ações transversais envolvendo todo o sistema da prefeitura, com a equipe focada para desenvolver a cidade e gerar oportunidade e riqueza, também fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado e, sobretudo, do nosso Brasil”, contextualizou.

» Atividades do projeto

Em sala de aula, os alunos da rede pública municipal recebem materiais pedagógicos, como livros e cartilhas, com explicações relacionadas à importância da arrecadação com o pagamento de impostos e seu retorno por meio da prestação de serviços, bem como a necessidade de exigir a nota fiscal nos comércios a fim de garantir que as receitas terão retorno para o Município.

Os conhecimentos de educação financeira ocorrem com frequência em sala de aula. O tema também ganha reforço com uma data específica, ocasião em que ocorre o “Dia D da Educação Financeira” no Município de Pirenópolis. Saiba mais como ocorrem as atividades por meio do QR Code, que direciona para a matéria publicada na TV Portal CNM, canal oficial da Confederação no YouTube.

 Confira o vídeo sobre a Boa Prática



Na Mídia

Emendas de vereadores e desastres repercutem na mídia nacional

A CNM foi destaque na mídia nacional com a divulgação de estudos e dados importantes relacionados aos Municípios. Entre os dias 25 de maio e 23 de junho, foram veiculados na mídia 3.253 matérias, sendo 2.867 matérias em sites, 40 reportagens em TVs, 133 em jornais impressos e 213 em rádios nacionais e locais.

Levantamentos feitos pela entidade, como a adoção de emendas de vereadores por parte dos Municípios, tiveram ampla repercussão. Acerca do tema, foram 144 matérias veiculadas. Entre elas, em editorial no jornal *O Estado de S. Paulo*, que também publicou reportagem relacionada ao tema.

A elevação de gastos dos Municípios com a redução da jornada de trabalho também foi destaque na mídia. O jornal *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* deram ênfase ao trazer os dados apresentados pela CNM referentes ao impacto da medida para os Municípios. Acerca do tema, foram veiculadas 70 reportagens no período analisado.



EFEITOS NO SETOR PÚBLICO

Fim da escala 6x1 deve aumentar custos de serviços e pressionar contratos de terceirizados

Trabalhadores em uma obra de limpeza urbana. A medida de redução da jornada de trabalho para os funcionários públicos municipais, conhecida como fim da escala 6x1, pode gerar impactos significativos no setor público, segundo especialistas. A medida, que prevê a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, pode gerar custos adicionais para os municípios, especialmente em relação aos serviços terceirizados. Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados.

Fim da escala 6x1 afeta estatais e prefeituras, mas estimativas de impacto variam

Custos de mudança para administrações municipais podem ir de R\$ 442 milhões a R\$ 34,5 bilhões por ano com redução da jornada. A medida de redução da jornada de trabalho para os funcionários públicos municipais, conhecida como fim da escala 6x1, pode gerar impactos significativos no setor público, segundo especialistas. A medida, que prevê a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, pode gerar custos adicionais para os municípios, especialmente em relação aos serviços terceirizados. Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados.

Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados. Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados.

Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados. Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados.

Reforma eleva a carga de impostos?

Reforma eleva a carga de impostos? A medida de redução da jornada de trabalho para os funcionários públicos municipais, conhecida como fim da escala 6x1, pode gerar impactos significativos no setor público, segundo especialistas. A medida, que prevê a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, pode gerar custos adicionais para os municípios, especialmente em relação aos serviços terceirizados. Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados.

Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados. Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados.

Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados. Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados.

Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados. Segundo a CNM, a medida pode gerar custos adicionais de até 10% para os municípios, o que pode impactar diretamente no orçamento municipal. Além disso, a medida pode gerar impactos indiretos, como a redução da produtividade dos funcionários públicos, o que pode levar a uma maior dependência dos serviços terceirizados.

Ainda neste mês, nota técnica divulgada pela entidade com orientações aos gestores municipais para a preparação diante dos possíveis impactos do fenômeno climático *El Niño* resultou em 243 publicações na mídia nacional e local. Entre elas, os *Broadcasts* do Estadão e do jornal *O Globo*.



Conexão CNM: em julho serão mais de cem qualificações em diversas regiões do país

Espalhar conhecimento é o objetivo do Conexão CNM. E neste mês em que o projeto completa 1 ano de capacitações, vários Municípios vão receber o eixo Qualifica, o evento construído com turmas voltadas ao aprendizado e ao desenvolvimento por meio de conteúdos técnicos. Os cursos são regionais e presenciais, tendo como objetivo avançar na qualificação dos servidores, buscando superar a dificuldade de longas distâncias, aproximando e facilitando o acesso à capacitação. Em julho, serão mais de cem qualificações, entre os dias 27 e 31 de julho, em diversas regiões do país.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, acredita que levar capacitação a cada Estado é uma forma de respeitar e valorizar o gestor municipal. “Este é um evento grandioso, que ocorre de forma simultânea e é fruto da conscientização da pauta municipalista. O evento é mais treinamento e menos discurso. O Conexão é como a palavra mesmo diz, uma forma de conectar o trabalho técnico da CNM e as necessidades do Município. Resumindo, o nosso objetivo é trabalhar”, comentou com entusiasmo.

Neste mês de julho, a região Nordeste

recebe temas como “Licenciamento ambiental municipal: alertas e orientações”; “Atualizações legislativas, jurisprudências e seus impactos na gestão municipal”; “Inteligência Tributária Aplicada ao Simples Nacional”; “Qualidade dos dados e financiamento da APS: cálculo e análise dos indicadores das eSF, eAP e eSB”. Outros assuntos também serão abordados.

No Centro-Oeste, temas como “O Censo Demográfico e as pesquisas do IBGE como instrumentos para a gestão pública municipal”; “Possibilidades da Gestão Municipal na Política sobre Drogas”; “Tópicos Contemporâneos de Contabilidade Municipal” e “Fiscalização do ITR e estratégias de aumento de receita” estão entre os assuntos programados para a região.

Os Municípios do Sudeste terão cursos com os seguintes temas: “Geogovernança Municipal: a Nova Era do Cadastro”; “Ouvidoria Pública: participação social e governança”; “Judicialização da Saúde e o Ressarcimento Interfederativo”; “Turismo e Cultura para Gestores” e “Alfabetização de Alta Performance”.

Fechando, a região Sul recebe eventos com temas como “O poder de polícia

dos Municípios frente a fiscalização ambiental, sanitária, climática e urbanística”; “Captação de recursos e emendas parlamentares”; “Fiscalização do ISSQN e incrementos de receita municipal” e “Rotina de compras nos Municípios”.

» Inscrições

As inscrições ocorrem pelo *site* do Conexão CNM. Os inscritos receberão materiais de apoio por *e-mail*, aplicativo e/ou WhatsApp. Nos dias dos encontros, o inscrito participa das aulas e das arenas técnicas, com duração média de 10 horas/aula.

Aponte o celular para o QR Code e saiba mais detalhes do evento e **faça sua inscrição**:



NOVO CURSO

ESPECIALISTA CERTIFICADO



e-compras CNM

**É DIFERENTE.
A AGILIDADE
DO PRIVADO.
A SEGURANÇA
DO PÚBLICO.**

 **Conexão CNM**
Imersão Qualifica Mentoria